



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A MARCA DA VIOLÊNCIA NAS MULHERES: GÊNERO, CULTURA E SOCIEDADE NAS RUAS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS (1890 – 1930)¹

Stefanie Rocha Carneiro Pinho²

Universidade do Estado da Bahia - stefaniercpinho.professora@gmail.com

Resumo: A violência contra a mulher é um tema atual no âmbito dos estudos de gênero e se mostra como uma preocupação social, cujo problema sempre esteve presente em diferentes sociedades e épocas. Nesta pesquisa, ainda em fase inicial, a mulher vítima de violência é o objeto de estudo. Faz parte da investigação uma parcela das mulheres moradoras de Santo Antônio de Jesus, que, entre os anos de 1890 e 1930, ou seja no período da Primeira República, tiveram seus nomes registrados como denunciante e vítimas em processos criminais referentes a agressões físicas e homicídios cometidos por agentes do sexo masculino. É observado nestes documentos indícios sobre o perfil sociorracial, o cotidiano destas mulheres, a presença da violência e o seu impacto no dia-a-dia não só das vítimas como de todo o grupo social do qual faziam parte. Trata-se de uma análise inserida na abordagem da história regional e local, tendo em vista o caráter amplo que a pesquisa se dispõe a tratar sobre a sociedade do período e suas relações de gênero, raça e classe.

Resumo: Mulheres, violência, Bahia.

INTRODUÇÃO

A ciência histórica busca no passado as explicações para os problemas do presente. A violência de gênero é um problema social que acomete diariamente mulheres de todas as idades, cores, credos e classe social. Por isto, vários estudos, leis e programas estão sendo desenvolvidos para reprimir e prevenir estes atos, além de educar homens e mulheres quanto a esta questão. No âmbito dos estudos de gênero, a violência contra a mulher é um tema atual, porém, é algo que sempre esteve presente em diferentes sociedades e épocas. Um dos meios para compreender como tais ações perpetuaram por tanto tempo na

sociedade, encerrando-se em silenciamento social, é analisando o lugar das mulheres na formação da república brasileira com os seus aportes jurídicos e morais.

Nesta pesquisa, as mulheres vítimas de violência são o objeto de estudo. Faz parte da investigação uma parcela das mulheres moradoras de Santo Antônio de Jesus, que, entre os anos de 1890 e 1930, ou seja, no período da Primeira República, tiveram seus nomes registrados como denunciante e vítimas em processos criminais referentes a agressões físicas e homicídios cometidos por agentes do sexo masculino. É observado nestes documentos indícios sobre o perfil

¹ Essa pesquisa recebe apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Mestranda em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, campus V, 1º semestre.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sociorracial, o cotidiano destas mulheres, a presença da violência e o seu impacto no dia-a-dia não só das vítimas como de todo o grupo social do qual faziam parte.

O espaço em questão neste trabalho se refere a Santo Antônio de Jesus, na Bahia, durante a Primeira República. Trata-se de uma análise inserida na abordagem da história regional e local, tendo em vista o caráter amplo que a pesquisa se dispõe a tratar sobre a sociedade do período e suas relações de gênero, raça e classe. Considerando a riqueza de fontes disponíveis para o trabalho e a facilidade em seu acesso. Santo Antônio de Jesus era uma das cidades mais representativas da microrregião do Recôncavo Baiano, tendo tido próspero crescimento nesta mesma época, contando com grande fluxo de pessoas dos lugarejos circundantes por conta do seu comércio. As casas de fumo, cultivo da mandioca, a estrada de ferro e a feira livre da recém formada cidade atraíam novos moradores que vinham de toda Bahia, como atestam documentos oficiais. A perspectiva local apresenta particularidades e singularidades que dão à História um caráter inclusivo: “[...] É nessa perspectiva que compreendemos as relações entre o global e o local, ou seja, da “história vista de baixo” para relacionar seus aspectos particulares com aqueles entendidos como pertencentes “a

macro história” ou a história globalizante [...]” (DE CARVALHO, 2007, pg.53)

Este período de quarenta anos condiz com um momento de significativas mudanças estruturais e sociais em todo o país. Sobre essa época, Edgard Carone escreve: “socialmente, a Primeira República é época de transição entre dois períodos, um mais estável e estagnado, outro mais dinâmico e de estrutura de classes mais definidas”. (CARONE, 1988, p.147)

Por se constituir em um marco político-institucional, tendo em vista estar situado no pós abolição, a agitação social que trazia a presença de libertos circulando “livremente” pelo país fez com que a elite engendrasse leis e regulamentos para controlar o aumento da criminalidade em diversos níveis, associada ao homem negro como parte da influência das ideias racistas que estavam sendo importadas da Europa.

A influência da medicina sanitaria e da profilaxia social também ditavam regras a serem seguidas para que se alcançasse no país a modernização almejada pelos republicanos, face o suposto atraso social causado pelo período colonial dos séculos anteriores. Para tanto, uma elite emergente de intelectuais e cientistas nacionais, fundamentados nas ideias positivistas de Augusto Comte, pregava a necessidade de se “reformular”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade. Com isso, a camada pobre da população e os negros sofriam com as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

consequências de medidas governamentais como a destruição de moradias populares e a perseguição policial contra manifestações afro-brasileiras.

A mulheres, parte integrante desses grupos desfavorecidos e perseguidos, tinham como agravantes de sua condição as questões religiosas, morais e a partir de 1916, o Código Civil, para a proteção das famílias, que regulamentava o tratamento desigual baseado no gênero, e estabelecia entre outras coisas, que a mulher necessitava da autorização marital para trabalhar fora de casa. O mesmo relegava as mulheres à dependência judicial de seus maridos, mas a família republicana ideal estava muito distante do que existia na maioria das casas brasileiras. Entre as amásias e amantes, as estruturas almejadas estavam longe de se consolidar nas ruas do país, e entre as “famílias reais” e as “famílias legítimas” havia muitas questões a serem observadas. As mulheres, ao contrário do que se imaginava, não cederam sua independência totalmente aos seus cônjuges e assim surgiam inúmeros conflitos, alguns dos quais estarão explícitos na forma de crimes.

Partindo dessas considerações, cabe aqui a indagação que orienta essa pesquisa: Como a violência praticada contra a mulher fazia parte do seu cotidiano durante a Primeira República em Santo Antônio de Jesus, e de que forma estes atos violentos eram amparados por

instrumentos ideológicos e reguladores do Estado?

Para responder a esta indagação é preciso analisar o cotidiano das mulheres moradoras de Santo Antônio de Jesus, vítimas da violência exercida pelo sexo masculino entre os anos de 1890 e 1930. Isto será feito através da leitura de processos criminais encontrados no Arquivo Municipal de Santo Antônio de Jesus (APMSAJ) e jornais circulantes no município durante o referido período. Com o auxílio dessas fontes será montado um perfil dos acusados e vítimas, situados os principais focos de desentendimentos, quais eram e como agiam os mecanismos de controle social sobre essas mulheres, analisar os valores sociais que permeavam a vida doméstica e pública das mulheres, tentando-se compreender como a violência doméstica era vista no meio cotidiano e qual o impacto exercido pelas convenções sociais e o machismo no dia-a-dia das mesmas.

A pesquisa “A marca da violência nas mulheres: gênero, cultura e sociedade nas ruas de Santo Antônio de Jesus (1890 – 1930)” aqui proposta compreende um estudo regional e local, no qual o cotidiano das mulheres violentadas em Santo Antônio de Jesus será analisado por meio dos processos criminais e de jornais locais, como sendo parte da dimensão microscópica de uma realidade mais ampla do início do século XX no Brasil. Por



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

isso, a importância deste trabalho se ampara na oportunidade vislumbrar o cotidiano das mulheres, particularmente das mulheres de origem pobre, moradoras do município, uma vez que o estudo da violência sofrida pelas mesmas nos permite ter acesso a informações acerca dessa parcela desfavorecida da sociedade.

Este tema de pesquisa é imbuído de relevância social, uma vez que aborda fatos que foram pertinentes na vida de grande parcela da população feminina e não condiziam como atos isolados ou fruto da natureza humana, mas sim, efeito de convenções sociais, políticas e religiosas herdadas e condicionadas ao contexto da república brasileira e dos costumes locais. Compreendendo como essas mulheres lidavam com as agressões diárias dos seus companheiros, conhecidos e familiares, assim como estes as justificavam, a historiografia apreenderá de que forma a violência contribuiu para os preconceitos e dificuldades enfrentadas por elas. No âmbito acadêmico, a História das Mulheres, como herdeira da História Social, reflete sua importância em realçar a trajetória de indivíduos ignorados pela Historiografia Oficial. Neste caso, ao analisar o depoimento das vítimas ao invés do acusado, como são comumente utilizados os documentos judiciais e policiais, nos processos de crimes violentos, transformam-se indivíduos passivos

em ativos, participantes e relevantes naquele contexto. E poderá se provar, que iam muito além de vítimas, surgindo daí imagens femininas há muito negadas.

Dessa forma, a violência empregada contra as mulheres poderia ser considerada como um mecanismo de controle masculino. Porém, não se pode afirmar que esta era uma violência institucionalizada, portanto, é fundamentalmente importante compreender como a violência contra a mulher era vista no meio cotidiano e discutir com isso, qual o impacto das convenções sociais sobre a violência. Ou seja, procura-se a causa e as consequências de tais atos no meio social e familiar, objetivando estudar não somente a violência em si, mas os seus causadores e as influências que foram usadas para fundamentar as suas decisões. O viés dessa pesquisa levará a uma análise do perfil dos envolvidos, uma vez que os documentos propiciam esse tipo de estudo. Com a intenção de situar os grupos de mulheres mais frágeis e constantemente agredidas neste período, bem como, identificar os homens que utilizavam do “corretivo corporal” em suas companheiras. Busca-se analisar os focos de desentendimento normalmente associados às brigas domésticas – motivações alegadas pelos companheiros – e, quais os locais conhecidos como fomentadores de brigas e desordens.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Cumprir estes objetivos levará à elucidação do problema proposto na introdução desse texto, o qual nos incita a responder como a violência praticada contra a mulher fazia parte do seu cotidiano durante a Primeira República em Santo Antônio de Jesus, e de que forma estes atos violentos eram amparados por instrumentos ideológicos e reguladores do Estado. Através disto, esta pesquisa se debruçará sobre todos estes aspectos para descortinar o cotidiano de mulheres violentadas e silenciadas pela historiografia, colocando-as como objeto de estudo, para compreender de que forma uma cidade como Santo Antônio de Jesus, na próspera região do Recôncavo Baiano, lidava com essa questão.

METODOLOGIA

A escolha dos processos-crime como base da pesquisa remete ao seu caráter revelador sobre o cotidiano de pessoas de todas as classes sociais, notadamente as de origem humilde, pois, estes derivaram de tensões e conflitos do dia-a-dia, que muitas vezes, foram acontecimentos que se tornaram notórios dentro da rotina dos moradores das cidades e suas periferias.

As fontes escolhidas permitem tal análise e são fruto da necessidade de encontrar percepções dos cidadãos referentes ao

cotidiano em que viveram. Os populares, notadamente as mulheres, não se expressavam em outro meio que não fosse em seus depoimentos policiais. Rachel Soihet (*in* VASCONCELOS, 2017) reforça este caráter das fontes processuais declarando que estas são meios privilegiados para compreender o universo feminino de determinada época através de seus próprios depoimentos. Em contraponto, para Michelle Perrot (1988), a solução metodológica para a inclusão das mulheres na historiografia estaria principalmente nos arquivos privados, nos diários e anotações pessoais, visto que os arquivos públicos privilegiavam os homens por serem documentos escritos e dirigidos ao público masculino. Porém, a autora não levou em conta o analfabetismo iminente das mulheres pobres, e diante disto, a sua metodologia incluiria basicamente a parte privilegiada da sociedade. Portanto, a via de expressão dos depoimentos criminais foi a que permitiu chegar o mais próximo que se pode das mulheres pobres que viveram sob a influência das iniciativas e projetos de modernização e civilização do governo republicano. Porém, a mesma autora exalta em obra posterior, a riqueza histórica dessas fontes documentais para o estudo da sociedade:

estas historietas discorrem sobre a vida na sociedade local [...] sobre seu código de valores, enfim, sobre o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

convívio-conflito social em que se inseriram aqueles que tiveram seus discursos inseridos nos autos. (PERROT, 1992, p.126)

Como já foi explicitado, os documentos que serão estudados pertencem ao Arquivo Municipal de Santo Antônio de Jesus. Os processos escolhidos já estão em sua grande maioria coletados e transcritos. Os depoimentos encontrados constituem rica fonte de informações, como mostra um dos processos recolhidos, no qual é acusado Luís Bispo³ de efetuar dupla agressão, vitimando a esposa Balbina Maria de Jesus e o vizinho do casal, Manoel Bispo dos Santos. Nele, as testemunhas afirmam que não é a primeira vez que Balbina recorre aos vizinhos para fugir dos espancamentos do marido e a mesma diz em seu depoimento que:

Ao escurecer, o seu marido chegou em casa e teve com ela algumas trocas de palavras, e se aborreceu com suas reclamações [...]. Nisso, ele lhe deu um “tombo” e procurou dar-lhe de facão.

Este é um exemplo da complexidade e riqueza deste tipo de documento, percebe-se que nele constam a transcrição dos depoimentos de diversas personagens do fato descrito, sendo elas testemunhas, vítimas e ainda, acusados. Além das eventuais declarações de

médicos, advogados e demais autoridades. Cada componente do processo é motivado por razões diversas, que influenciam no seu discurso e no modo como avaliaram a situação em que estavam. Compreender a dinâmica social do período, com as respectivas relações de classe, gênero e raça é, portanto, imprescindível para extrair todos os dados que o documento pode oferecer.

Na historiografia, os processos-crime não são fontes de utilização recente, por conter informações preciosas acerca da época em que foi produzido e dos agentes envolvidos, o que permite que seja esquadrihado um perfil sobre as pessoas citadas. Bem como, explicita a atuação dos agentes da justiça e a forma como utilizaram a legislação da época, demonstrando a eficiência ou a falta dela. Essa fonte recorrente para os historiadores da história social deve ser levada à interpretação das diferentes versões produzidas nos depoimentos, uma vez que é impossível em alguns casos, se descobrir o desfecho ou a versão verídica em cada conflito. (CHALHOUB, 1986) José D’Assunção Barros resume perfeitamente a utilização de tais documentos pelo historiador social:

Os registros repressivos são paradoxalmente os espaços documentais mais “democráticos” – aqueles onde os historiadores poderão encontrar literalmente as vozes de

³Processo crime de agressão física, de 31/03/1930, APMSAJ.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

todas as classes, mas sobretudo as dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista político e econômico. A própria diversidade social pode estar presente em um processo judicial ou inquiridor – afinal, o modo como devem ser organizados os processos, entrecruzando indivíduos dos mais diversos tipos, acaba conferindo a este tipo de fontes uma posição muito rica no repertório de documentos à disposição de um historiador social. (BARROS, 2004, p.124).

Os jornais, por sua vez, se mostraram importantes fontes sobre o cotidiano da população visto que a imprensa criou forte influência no país durante o primeiro período republicano. Eles mostram a realidade da época de forma diferenciada em relação aos processos, uma vez que eram produzidos por pessoas integrantes das classes dominantes e dirigido para leitores, uma parte reduzida da população – predominantemente analfabeta – e assim, retratava valores e ideais dominantes. (PINSKY, LUCA, 2009) A cidade contou com alguns periódicos em circulação, porém o mais regular e duradouro deles foi “O Palladio”, o qual começou a ser impresso no dia 15 de novembro de 1901 e só encerrou as suas atividades com a morte do seu dono, Antônio Mendes de Araújo, em 30 de maio de 1952. (VALADÃO, 2005)

A imprensa favorecia a veiculação em massa das ideias republicanas. Direta ou indiretamente, os redatores introduziam nas notícias a sua visão de mundo, moldada a partir

de sua orientação política e colocação na sociedade. Marilene Rosa entende a sociedade em questão como: “a civilização da padronização, do controle não apenas dos corpos mas, principalmente, das ideias”. (SILVA, 2004, p.3) Os jornais leves e baratos ganharam gosto da população e se tornaram parte do cotidiano, veiculando propagandas, opiniões, notícias sobre política, novidades da cidade e região, assim como os assustadores crimes, recheados de sensacionalismo.

Com o auxílio desses documentos de constituição diversa, é possível compreender o alcance desses atos violentos além da vítima e do acusado, conhecendo também, os ideais e as aspirações que os moviam. Por tudo isto, essas fontes de fácil acesso, leitura e interpretação, tornam extremamente viável o alcance dos objetivos que foram propostos acima.

DISCUSSÃO

Temas como estes, que relacionam a vida social, cultural e racial de mulheres, são abordados na dimensão teórica da história social que, por sua vez, incorpora agentes históricos no campo da história das mulheres e dos estudos de gênero. Estes eixos temáticos trouxeram para a historiografia sujeitos, objetos de estudo, abordagens e fontes que a História conhecida como tradicional não havia incorporado até meados do século XX.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Em sua totalidade, temas como o dessa pesquisa abordam acontecimentos que faziam parte do cotidiano da população comum e que, tratados como costumeiros, receberam por muito tempo pouca atenção por parte dos pesquisadores, porém, sabe-se que fatos corriqueiros, como os atos de agressão, geram padrões de comportamento específicos nos diferentes espaços sociais e temporalidades, os quais passam a se constituir em uma cultura vinculado aos costumes que articulam os atos masculinos de agressões sobre as mulheres como “naturais” e constituintes dos grupos sociais em sua historicidade.

A história das mulheres é uma história recente, porque desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Portanto, para Michelle Perrot: “Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas.” (PERROT, 2007, pg.16) Esse silêncio foi consequência da ausência da mulher nos espaços públicos, local de interesse histórico, causada pelo seu confinamento ao ambiente doméstico. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) salientam que a História foi, pelo motivo alegado por outras

pesquisadoras como Perrot, a disciplina das ciências humanas que mais tarde se apropriou da categoria “mulher”.

Segundo a análise de Mary Del Priore, duas características marcaram o início das produções sobre o feminino: fazer emergir a mulher no cenário de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a exploração, a opressão e a dominação que a vitimava. (DEL PRIORE, 1989) Ela defende que a História das Mulheres não deve as transformar em vítimas, mas também não deve as colocar em posição de dominação, ou seja, que sejam objetos de estudos amplos, na posição de cidadã. A mulher vista como vítima, passiva e obediente, é desmistificada em processos que mostram a violência exercida pelo homem como forma de controle para atos considerados impróprios e subversivos exercidos por mulheres que não aceitavam a sua condição de submissão. Rachel Soihet (1989) utiliza das mesmas fontes deste trabalho para demonstrar que o comportamento feminino diferia, em diversas situações, daquele veiculado pela ideologia dominante através da medicina social e higienista.

Por sua vez, as relações de gênero irão contribuir para compreender a dinâmica social na relação entre homens e mulheres, para que não incorra neste trabalho o erro ao qual Natalie Davis (1975) chama a atenção, quando



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ao criticar a recente História das Mulheres, diz que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, uma vez que nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos. Uma vez tomado esse cuidado, o pesquisador poderia alargar os conceitos da historiografia tradicional modificando o que seria visto como historicamente importante. Segundo Joan Scott (1989), os eixos historicamente importantes da História social condizem com a fala dos oprimidos, que se organizariam em três eixos, intrinsecamente ligados: classe, raça e gênero. Eixos que serão trabalhos nesta pesquisa, ao passo que as mulheres estudadas serão pobres e em sua maioria, negras.

Estudiosos destacam também, a importância do estudo da cotidianidade para a História, para o aprofundamento de diversos temas. Agnes Heller (1970) cita que o homem já nasce inserido na sua cotidianidade e por ela é influenciado, por isso a importância de sua compreensão. Para Michel de Certeau (1980), é no estudo do cotidiano que pode ser observado o modo como a cultura popular transforma as regras sociais em práticas diversas. Já para Lefebvre (1991), as facetas do cotidiano se encontram no anonimato e não se encontra na imprensa e nos periódicos da época como as pessoas comuns viveram, e

dizendo mais, explica o porque é preciso conhecer as estruturas da sociedade para compreender o cotidiano comum: “Forças políticas e formas sociais convergem nesta orientação: consolidar o cotidiano, estruturá-lo, torna-lo *funcional*.[...] A importância das estruturas e seu interesse medem-se de acordo com essa capacidade de ‘estruturar’ a vida cotidiana.” (LEFBVRE, 1991, pg.73) O cotidiano das mulheres estudadas aqui, será descortinado, assim, através da análise dos valores sociais que permeavam a sua vida doméstica e pública, que poderão estar presentes nos códigos legais, artigos de jornais e nos depoimentos judiciais. Esses valores transmitiam códigos de conduta e regras de comportamento para a população, moldando homens e mulheres de acordo com a ideologia pregada pelo Estado. Analisá-los permitirá compreender quais eram os mecanismos de controle social empregados sobre as mulheres e que afetava significativamente sua liberdade, interação social, crescimento intelectual e profissional.

CONCLUSÃO

O tema da violência contra a mulher atende ao processo fundamental do ofício do historiador, apreendido por Marc Bloch (2001), que corresponde em compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente, visto que a violência de gênero é uma



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

questão de grande relevância social e em voga no cenário político atual. Por isso, a pesquisa que direcionar à uma visão da conjuntura em que essa violência foi juridicamente silenciada e popularmente justificada ajudará a desnaturalizar esse aspecto brutal da subordinação feminina compulsória, atendendo também ao conceito de “utilidade histórica”, que nada mais é do que auxiliar os integrantes da sociedade a viver melhor.

Por fim, serve-nos como alerta as palavras de Georg Simmel (2011) quando o mesmo afirma que só é possível compreender um fato dentro do seu tempo, mas que isso não o torna justificável. Por este motivo, os crimes estudados nos processos só poderão ser compreendidos diante do contexto em que foram produzidos, levando-se em conta, neste caso, a formação da sociedade republicana brasileira, herdeira da conjuntura escravocrata e paternalista, moldada nos ideais cristãos e subjugada a ideias racistas e europeizantes.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

APMSAJ – Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus
Jornal O Palladio

BIBLIOGRAFIA

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930). Faculdade de filosofia e ciências humanas – UFBA. Salvador: 1996.

AZANHA, José Mário Pires. Estudo do cotidiano: Alguns pontos a considerar. Cadernos CERU, Departamento de Educação, USP, n. 5, 1994.

BARROS, José D’Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARONE, Edgard. A república velha. 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. vol. 6, n. 1., 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1: Artes de fazer.3. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1986.

CONNELL, Raewyn. Gênero e corporificação na sociedade mundial. Revista Lusófona de Estudos Culturais, vol. 3, n. 1, 2015.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulheres e Relações de Gênero

CORREA, Mariza. Morte em família: Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Faculdade de filosofia e ciências humanas – UFBA. Salvador, 1994.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Liliane de Jesus Oliveira. O lazer no cotidiano da população negra de Santo Antônio de Jesus de 1910 a 1950: Sociabilidade, solidariedade e resistência. UNEB – Santo Antônio de Jesus: 2013.

LUZ, Adriana de Carvalho. Mulheres e doutores. Discurso sobre o corpo feminino. Salvador, 1890 a 1930. UFBA – Salvador, 1997.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n. 1, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Normatizando o Espaço Carioca: cultura política e sociedade nos primeiros anos da República. Vassouras, RJ: LESS, 2004.

SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Rev. Bras. Hist. vol.27, n.54, 2007.

SOLHET, Rachel. Condição Feminina e Formas de Violência. Editora: Forense, 1989.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. Uma doméstica, um imigrante e um advogado em Santo Antônio de Jesus/BA: Cor, hierarquia e crime na República Brasileira. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: 2011.

VALADÃO, Hélio. Santo Antônio de Jesus: sua gente e suas origens. Santo Antônio de Jesus, BA: Academia de Letras do Recôncavo, 2005.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “É um romance a minha vida”. Dona Farailda, Uma casamenteira no sertão baiano. Salvador: EDUFBA, 2017.